

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de São Paulo

Class.: 38

Data: 30.11.76

Pg.: 20

Após matar branco, tribo cerca a polícia

Facção suruí não depõe as armas

Do correspondente em PORTO VELHO

Um grupo de 25 índios suruí rebeldes, liderado pelo jovem Kadio, não entregou as armas para os funcionários da Funai, preferindo se internar nas matas, nas proximidades do posto indígena Sete de Setembro, no Território Federal de Rondônia. A maioria dos suruí preferiu atender aos apelos feitos pelo presidente da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira, durante a visita feita ao posto, na sexta-feira passada, depois de os índios, dois dias antes, terem expulsado os funcionários do órgão.

Na sexta-feira, o general Ismarth conseguiu fazer com que os suruí entregassem as armas, voltando a reinar tranquilidade — pelo menos aparente — entre colonos e índios, permitindo que o general Ismarth

Araújo retornasse na manhã de ontem à Brasília.

Durante o recente conflito entre suruí e colonos, Kadio, líder de uma facção da tribo, era um dos mais exaltados e, desde o seu desaparecimento com esse grupo de indígenas, está havendo um estado constante de preocupação entre os sertanistas do posto Sete de Setembro e os funcionários da delegacia regional da Funai, em Porto Velho.

Ontem à tarde, o delegado substituto, em Porto Velho, Délcio Vieira afirmou que tudo deverá correr sem problemas e que, dependendo das circunstâncias, os índios poderão entregar as armas hoje. "Não estou preocupado com um possível ataque, porque uma parte do grupo de Kadio é composta de crianças e mulheres. Mas, de qualquer maneira, não se pode dizer que tudo esteja tranquilo", disse.

Do Correspondente em SÃO LUÍS

Funcionários da Secretaria de Segurança Pública do Maranhão informaram ontem que oito policiais do III Batalhão de Polícia Militar, com sede em Barra do Corda, tinham sido cercados por índios guajajaras na subdelegacia do povoado de Arame, município de Grajaú, a mais de 500 quilômetros de São Luís. Os policiais haviam sido enviados àquele povoado para averiguar as causas da morte de um posseiro, ocorrida na última quinta-feira.

No entanto, o comandante do Destacamento do Interior da Polícia Militar, coronel Assis Vieira, informou ontem mesmo que os reforços enviados ao povoado haviam regressado a Barra do Corda, garantindo que a situação já se normalizara.

Recusando-se a dar maiores esclarecimentos, o coronel Assis Vieira argumentou que o assunto era de competência exclusiva da Funai.

Mas, na delegacia regional da Funai, os funcionários, alegando determinação do presidente do órgão, general Ismarth Araújo de Oliveira, recusaram-se a fazer qualquer comentário sobre o assunto.

ANTECEDENTES

Esse foi o segundo conflito ocorrido, em menos de dois meses, entre índios aculturados do grupo guajajara e os brancos atraídos pelo governo do Estado para ocupar economicamente a última fronteira agrícola do Maranhão, a região conhecida como Pré-Amazônia Maranhense. Na verdade, esse novo incidente já era esperado, apesar da advertência do general Ismarth de Araújo de Oliveira à delegacia regional da Funai de que não queria mais ouvir notícias sobre conflitos entre índios e brancos na área do posto indígena Angico Torto. Nesse local, há pouco mais de um ano, os guajajaras destruíram totalmente o povoado de Marajá.

Ao final de setembro, os guajajaras tinham expulsado de suas terras mais de cem "peões" que trabalhavam para a empresa Agropecuária Capoeira. Já em meados do ano passado, os índios haviam realizado com êxito uma operação semelhante, terminando de vez com a fazenda Fortaleza do Baluarte, uma grilagem que o INCRA e o governo do Estado não conseguiram extinguir na Justiça.

Durante esse período de um ano e meio de luta declarada — os guajajaras deram um prazo até 31 de julho de 1975 para que todos os invasores abandonassem suas terras —, quatro homens brancos morreram e centenas de casas foram incendiadas em onze povoados construídos por pioneiros. Além de não cumprir as promessas feitas aos índios, a Funai também tomou decisões que desagradaram os guajajaras e estimularam os brancos à nova investida sobre a área indígena. Uma dessas medidas foi o afastamento do chefe do posto indígena Angico Torto, Mário Murici, acusado pelos fazendeiros, posseiros, policiais e até pelo governador Nunes Freire de incitar os índios à rebelião.

A inquietação também aumentou porque a Funai não cumpriu a promessa de demarcar a área do posto Angico Torto.